

## **BARRAGEM NO RIO GUAPIAÇU? CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

**Daiane Flores Paludo – PPGeo/UFF**

daianepaludo@live.com

### **RESUMO**

Grandes projetos de “desenvolvimento” têm sido implantados no território brasileiro alterando os modos de reprodução social de sujeitos que, por força do contexto socioeconômico, são desterritorializados através de práticas autoritárias de mobilidade compulsória. A possibilidade de construção de uma barragem-reservatório no Rio Guapiaçu, município de Cachoeiras de Macacu (RJ) prevê o alagamento das terras mais férteis da região, o que resultará em um déficit de produção agropecuária para o município e áreas da região metropolitana. No bojo dessas mudanças socioeconômicas, nos cabe interrogar quais impactos socioambientais serão gerados pela construção da barragem, os tipos de conflitos, contradições e antagonismos que a possibilidade de implantação desse projeto tem provocado na região, quais estratégias têm sido articuladas pelos grupos socialmente hegemônicos para a implantação da barragem e, em contrapartida, pelos grupos subalternizados para impedi-la.

**Palavras-chave:** grandes projetos; mobilidade compulsória; conflitos socioambientais; resistência social.

### **GRANDES PROJETOS DE “DESENVOLVIMENTO”, MOBILIDADE COMPULSÓRIA E DESTERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**

Atualmente, o território brasileiro tem sido palco da implantação de grandes projetos de “desenvolvimento” econômico baseados na exploração intensiva de recursos naturais. Sustentados por recursos privados e estatais, esses empreendimentos tem se instalado em distintas áreas geográficas, litorâneas e interioranas, assim como tem causado diferentes reações por parte da sociedade civil, ora sendo analisados como sinônimo de desenvolvimento e progresso, ora caracterizados por seu caráter destrutivo no âmbito socioambiental.

O estado do Rio de Janeiro tem se “ajustado” a essa lógica desenvolvimentista, agregando em seu território diferentes projetos, como o Complexo Industrial-Portuário do Açú, o Complexo Logístico Barra do Furado, o Complexo Petroquímico (COMPERJ), a TKCSA em Santa Cruz, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e as Hidrelétricas Simplício/Anta (AGB, 2011). As

obras de infraestrutura necessárias à instalação desses empreendimentos alteram os modos de reprodução social da população afetada e resultam em profundos impactos ao meio ambiente.

Caracterizado como “um dos principais empreendimentos da história da Petrobrás”, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), segundo dados apresentados em sua página oficial, se configura como um grande empreendimento cujo investimento financeiro gira em torno de R\$ 15 bilhões. Seu principal objetivo é o de refinar aproximadamente 150 mil barris diários de petróleo pesado procedente da Bacia de Campos (Marlim), contando para isso com uma estrutura logística, que prevê a implantação de vias de acesso, emissário de efluentes, adutora, infraestrutura dutoviária e linhas de transmissão, e sua implantação faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal (Fonte: [www.comperj.com.br](http://www.comperj.com.br)).

A Área de Abrangência Regional (AAR) do Comperj compreende a região do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (CONLESTE), composta pelos municípios de Cachoeiras de Macacu, Casemiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. O Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), do Comperj classifica a AAR em três tipologias: *área de influência indireta*, composta por espaços afetados pelos efeitos econômicos e ambientais do projeto na Região Metropolitana do estado; *área de influência direta*, abrangendo espaços localizados a um raio de 20 quilômetros do centro do empreendimento, essa área é caracterizada por sofrer diretamente as consequências dos poluentes do ar liberados pelo Comperj, assim como influências na água, solo, vegetação, fauna e socioeconomia da região; e *área diretamente afetada*, compreendendo os municípios situados a um raio de 10 quilômetros do centro do Comperj, para essa área são previstos os impactos provocados pelas obras, em especial, para os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá (Relatório de Impactos Ambientais do Comperj, 2007: 50).

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro apresenta em seu Relatório de Impactos Ambientais a possibilidade de construção de uma barragem-reservatório no Rio Guapiaçu, município de Cachoeiras de Macacu. Além de atender a demanda

hídrica do COMPERJ, os motivos alegados para a construção da barragem no Rio Guapiaçu são o abastecimento do sistema Imunana-Laranjal (CEDAE/RJ) que atualmente opera em seu limite e é responsável por fornecer água para os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá. Nas palavras do RIMA,

*Uma eventual construção de uma barragem-reservatório no vale do Rio Guapiaçu é uma alternativa com grande volume de água, e, portanto, estratégica para o governo estadual, pois essa bacia hidrográfica é a única que ainda tem área preservada, sem ocupação. (Relatório de Impactos Ambientais do Comperj, 2007: 41)*

De acordo com o RIMA, a área de abrangência da barragem não possui ocupação, argumento que destoa dos dados assinalados pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu que apontam para a expulsão de centenas de famílias e aproximadamente três mil trabalhadores rurais. O alagamento da área pretendida provocará perda de parte importante da produção agrícola e pecuária da região que, segundo os Sindicatos dos Produtores e dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu, abastece “grandes centros urbanos, como o Ceasa Rio, Ceasa São Gonçalo, feiras diversas e dezenas de pequenos mercados”. Levantamentos iniciais apontam para os seguintes números: cerca de 128 caminhões de mercadoria por semana; 120 mil litros de leite por mês; e 57 milhões de toneladas/ano, significando uma perda de aproximadamente R\$: 80 milhões/ano. (Fonte: Jornal Jararaca, reportagem de 12 de maio de 2012).

*De acordo com o interlocutor da ONG REGUA, os proprietários de fazendas terão cerca de 28 quilômetros de suas terras alagadas e, segundo ele, essas áreas correspondem às mais produtivas da região, responsáveis pelo abastecimento de muitos produtos alimentícios para a Região Metropolitana. Além disso, os proprietários alegam que, vinculados ao sistema de produção agrícola em Guapiaçu, há uma rede de trabalhadores, meeiros, fornecedores e transportadores que, com a construção da Barragem, será desmembrada, causando o desemprego e o deslocamento de famílias para outros locais. (BOTELHO, 2009: 109)*

Zhourri e Oliveira (2010) abordam a capacidade desterritorializadora do capital promovendo deslocamentos compulsórios. Do mesmo modo, sua habilidade de *deslocalização* apontada por Acselrad (2004) associa-se a sua capacidade de

estabelecer uma mobilidade forçada a diferentes grupos sociais e “liberar ambientes favoráveis” ao desenvolvimento, pois

*O capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para os empreendimentos. Os atores com menos força para escolher seus ambientes, por sua vez, organizam-se para resistir à degradação forçada que é imposta a seus ambientes ou ao deslocamento forçado a que são submetidos quando seus ambientes interessam a valorização capitalista. (ACSELRAD, 2004b: 32)*

No momento, levantamentos de dados mais precisos sobre os aspectos físicos e potencialidades técnicas do terreno estão sendo realizados. Apesar de as obras para a construção da barragem ainda não terem iniciado, o projeto é visto pela Secretaria de Meio Ambiente e movimentos civis organizados com dificuldades a sua interrupção ou alteração, em especial pelo discurso dominante de que a água reservada seria direcionada principalmente para o abastecimento residencial da região metropolitana e dos municípios da região do CONLESTE, o que dificulta as ações coletivas, visto que a água é caracterizada como um bem de uso comum de domínio público.

Em documento organizado pelos sindicatos e publicado em um jornal local, os trabalhadores e proprietários rurais reconhecem o direito de acesso aos recursos hídricos por todos, mas exigem que o processo respeite os habitantes locais e considere suas idéias, pois os proprietários de terras da região e os movimentos civis organizados em sindicatos afirmam que existem alternativas possíveis à construção do reservatório, através da implantação de pequenas barragens interligadas e em total acordo ao plano elaborado pelo Governo Estadual em relação aos Recursos Hídricos da Região da Baía da Guanabara. Dentre as organizações que apóiam o movimento contra-barragem, podemos destacar o Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu e o Sindicato da Agricultura Familiar, além do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, composto por representantes das entidades supracitadas e outros movimentos, como a Associação dos Lavradores Amigos do Faraó (ALAF).

## **OBJETIVOS**

Antes de apresentar os objetivos da pesquisa, cabe ressaltar que a mesma encontra-se em sua fase inicial.

A presente pesquisa visa analisar os processos de mobilidade compulsória, desterritorialização, e os conflitos socioambientais gerados pela construção da barragem no Rio Guapiaçu, no município de Cachoeiras de Macacu. Para tal, temos por objetivos identificar os atores sociais, suas intencionalidades, seus interesses e projetos envolvidos no processo de implantação/construção da barragem no Rio Guapiaçu, analisando os conflitos socioambientais gerados e os possíveis processos de mobilidade compulsória e desterritorialização das comunidades afetadas pelo projeto. Buscamos também identificar e analisar as práticas espaciais e os discursos de dominação e de resistência exercidos pelos sujeitos envolvidos no processo de implantação do projeto.

## **BASE TEÓRICO-CONCEITUAL E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

A base teórica que nos permite a realização da pesquisa conta com a análise dos conceitos de território, desterritorialização e mobilidade compulsória como fundamentais por nos permitirem operacionalizar a questão. Os conceitos que estruturam a pesquisa, por sua vez, são os de impactos socioambientais, justiça e injustiça ambiental, e de estratégias de resistência.

## **TERRITÓRIO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E MOBILIDADE COMPULSÓRIA**

O conceito de território tem sido um dos mais requisitados no contexto atual, sendo solicitado para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas e para a necessidade de explicações das “turbulências” socioespaciais que ocorrem em diferentes contextos, num mundo dito globalizado que tem testemunhado profundas transformações político-econômicas, com a explosão de conflitos em âmbitos diversos e a proclamada “fragilização das fronteiras” em sentido restrito, onde “o

*mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e murado de outros” (VAINER, 2005, p. 273)*

Além da Geografia, esse conceito é compreendido por outras áreas das Ciências Sociais e até mesmo Biológicas (como recurso material ou abrigo, pautado nas necessidades biológicas instintivas). Haesbaert (2004) aponta para a existência do território estando associado a três dimensões principais, a partir de concepções políticas, culturais e econômicas, podendo acrescentar ainda uma quarta vertente relacionada à interpretação naturalista. O autor identifica ainda três perspectivas em sua construção, tendo grande relevância a materialista e a idealista, que estabelecem no espaço relações de dominação e/ou apropriação.

Compreendido em sua materialidade, podemos sintetizar o território como substrato físico fixo, espaço concreto e predominante quando comparado ao de caráter idealista, cuja referência é o plano imaterial e simbólico, responsável por conferir valor afetivo ao território, que se torna um fragmento espacial dotado de referências identitárias e representações. De modo geral, as perspectivas materialistas predominam por realizarem abordagens sobre territórios fisicamente palpáveis e politicamente reconhecidos, mas cabe considerar que o poder simbólico do território tem se fortalecido com o crescimento de movimentos coletivos que, a partir de laços territoriais, reivindicam frações vividas do território.

Além da materialidade do território, alguns autores trabalham associando-o ao plano ideal. Ratzel fala de território através do domínio político e da espiritualidade, Gottman o compreende como um agrupamento de terras sob a autoridade de um determinado regime, mas que também contempla “sistemas de movimento” e “sistemas de resistência ao movimento” (ou “iconografias”) e Deleuze e Guattari entendem o território pela funcionalidade e expressividade (HAESBAERT, 2004).

Dentre os pressupostos considerados por Claval (1999) para a compreensão do conceito de território, o autor destaca as representações e simbologias que o mesmo contempla. Nas décadas de 1970/80, com o retorno da tradição vidaliana e o desenvolvimento de pesquisas sobre o espaço vivido, a dimensão simbólica do território ganha visibilidade pautada, sobretudo, na importância dos lugares de memória para as identidades coletivas, compreendendo questões sociais,

relacionais, culturais, religiosas, políticas e econômicas. Um leque de opções que se desenham num plano multiescalar, projetado do local ao global. Claval (1999) afirma ainda que “os grupos só existem pelos territórios com os quais se identificam”, demonstrando como a afetividade com determinado fragmento espacial se constitui numa característica fundamental para as identidades individuais e coletivas (p.11).

De acordo com as perspectivas idealistas, a simbologia do território é responsável pela definição coletiva do grupo territorializado, podendo o território ideal-simbólico, para autores mais radicais, anteceder o território político-econômico, partindo da concepção de que os vínculos de pertencimento e o caráter subjetivo do território precedem as relações de apropriação.

A partir da dialética materialidade-idealidade notamos que a compreensão do território tem seguido uma lógica baseada em dicotomias, concepção essa que empobrece a significação do conceito e exclui uma visão integradora. Conforme apontado por Haesbaert (2009), essas dicotomias fragmentam e opõe relações territoriais, tais como: fixação-mobilidade, desconsiderando a construção do território *no* e *pelo* movimento, pois além de indissociáveis, espaço e tempo são categorias múltiplas; materialidade-idealismo, desprezando a relação funcional-simbólica do território; continuidades-descontinuidades, abandonando a possibilidade de articulação do território através de redes e separando *espaços de lugares* de *espaços de fluxos*. Além das perspectivas materialistas e idealistas, há uma perspectiva integradora de território, da qual partilhamos, que o concebe como um híbrido que cruza diferentes questões e se configura numa rede.

Do mesmo modo que territorialidade significa a criação de vínculos com a terra, substrato físico, e com a comunidade originária, deixar o território de origem significa, numa análise superficial e imediata, a perda de tais referenciais e um sentimento de desterritorialização. Mas, como afirma Haesbaert (2009) todo movimento de desterritorialização gera uma reterritorialização, mesmo que essa seja uma “reterritorialização indecente”, precária e excludente.

A desterritorialização é abordada, fundamentalmente, a partir de discursos que seguem três vertentes sociais: a econômica, a política e a que preza a dimensão cultural (HAESBAERT, 2004). A fragmentação dos discursos a partir dessas vertentes não valoriza uma visão integradora de território, assim, a

desterritorialização como processo de exclusão socioespacial, por exemplo, fica ausente ou é não é estimada nos debates.

Partindo para uma análise política, a desterritorialização está pautada, essencialmente, na concepção que compreende o território como um espaço construído por e a partir de relações de poder, sendo este exercido pela figura estatal. Deleuze e Guattari *apud* Haesbaert (2004) analisam que o Estado nasce como um agente desterritorializador, fundamentado na destruição da estrutura social das comunidades pré-capitalistas e que, assim como Marx propõe em relação ao capital, desterritorializa para reterritorializar segundo sua própria dinâmica.

A mobilidade espacial associada a desterritorialização apresenta diferentes abordagens de acordo com o ator social em movimento. Considerando que o conceito de mobilidade aqui adotado é o mesmo trabalhado por Haesbaert (2004), baseado em Jacques Levy, a mobilidade não é compreendida a partir da dicotomia deslocamento-idealismo, mas se coloca pela necessidade de integração de ambas as possibilidades.

Dentre os fatores que se colocam relevantes na análise dos sujeitos em mobilidade, podemos considerar inicialmente se o migrante exerce um controle sobre a direção do seu deslocamento e questionar quais razões o levam a migrar, para assim identificar o tipo de migrante analisado. A compreensão de mobilidade se distingue em processo, escala e sujeito, assim como fatores de ordem econômica, política, cultural e ambiental, entre outros, podem levar ao entendimento de algumas das motivações que impulsionam o indivíduo ao “abandono” de seu território de origem em busca de “novas” territorialidades.

Analisada em sua dimensão econômica, a migração pode ser fruto de processos socioeconômicos excludentes, ou representar melhorias financeiras, ascensão social e inserção privilegiada em novos agrupamentos sociais, dependendo do controle que o indivíduo exerce sobre sua espacialidade. Vainer (2005) sugere duas correntes para o estudo das teorias migratórias, o individualismo metodológico e o estruturalismo, discutindo que no primeiro modelo o *trabalhador livre* detentor de “capital humano”, sua força de trabalho, busca condições favoráveis para produzir ganhos. Nesse caso, a migração é originada por dois fatores fundamentais: a liberdade do migrante e sua racionalidade na busca da localização



para o recurso que dispõe, o “capital humano”, pois “*para o pensamento liberal, o espaço social é o espaço da liberdade, e a migração é o movimento através do qual os indivíduos exercem sua liberdade individual.*” (VAINER, 2005, p. 262).

A ausência de domínio sobre a corporalidade na migração pode se constituir como símbolo da mobilidade compulsória através de atitudes coercitivas ou dotadas de intencionalidade. A escravidão e o deslocamento compulsório se configuram como exemplos históricos expressivos, pois os sujeitos não possuem autoridade sobre sua mobilidade, sua vontade é desconsiderada e são deslocados como mercadorias. A violência na migração não se refere apenas a atos de efeitos físicos ou ao desrespeito social, pois existem inúmeras formas de deslocamentos por coação que retiram de sujeitos e grupos suas condições de reprodução da vida social, seu direito de ir e vir. Vainer (2005), ao abordar a violência no processo imigratório, ressalta que a mesma se coloca como uma nova categoria de análise que não se enquadra nos pressupostos do individualismo metodológico ou ainda no estruturalismo marxista. Segundo o autor,

*[...] hoje, as legislações imigratórias de praticamente todos os países, inclusive a brasileira, estabelecem discriminações de classe [...] Definitivamente, não estamos nem no espaço da racionalidade econômica e do mercado livre de localizações, nem no espaço das estruturas, mas no espaço de exercício da razão de estado, no espaço da política do poder.* (VAINER, 2005, p. 270)

A violência se dá no campo social, físico, político, econômico e cultural, e a migração pode ser estimulada por atores sociais, positiva ou negativamente, representando a correspondência de necessidades, pois da mesma forma que grupos migrantes podem ser a alternativa para suprir um déficit de oferta de mão-de-obra num ponto estratégico do espaço, podem também significar um empecilho para a reprodução do capital, gerando políticas de esvaziamento intencional de áreas em prol de um “desenvolvimento” a qualquer preço. Becker (1997) ressalta que:

*Direito humano é também o direito de “não migrar”. Nesse sentido, a resistência à mudança, isto é, a contramobilidade, reflete-se na emergência de conflitos sociais nas áreas de origem, sugerindo soluções quanto às causas estruturais das migrações.* (BECKER, 1997, p. 361)

A dimensão físico-material não é suficiente para reterritorializar os atores sociais no pós-movimento, na “estabilidade”, pois reterritorializar-se necessita que

haja também uma (re)construção de valores, um esforço de (re)criação da identidade, que assume intensa ligação com a alteridade, a percepção do Outro e sua influência na (re)definição do grupo que se reterritorializa sob novas condições. O processo de desterritorialização vivido por indivíduos e grupos, ultrapassa os aspectos físicos do movimento considerada a importância da dimensão simbólica nos deslocamentos populacionais, como nos apontam Zhouri e Laschefski,

*O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar o desmoronamento da memória e da identidade centrada nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a sua desestruturação. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010: 25)*

## **JUSTIÇA/INJUSTIÇA AMBIENTAL, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PRÁTICAS ESPACIAIS DE RESISTÊNCIA**

Analisar quais grupos possuem o poder de apropriação e exploração dos recursos naturais nos leva a reflexão do quanto é desigual e seletivo o processo de exclusão social e acesso aos benefícios do desenvolvimento visto sob a ótica capitalista, pois o que se evidencia é a concentração de poder tanto na apropriação quanto na utilização/exploração de recursos ambientais. Os custos socioambientais do modelo dominante de desenvolvimento atingem de modo diferenciado a população, haja vista que quem arca com a maior cota das consequências ambientais negativas são os grupos desprivilegiados quanto ao seu status social. Desse modo, podemos afirmar que tais grupos sofrem as consequências da injustiça ambiental, considerando a idéia de justiça ambiental como “o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais, ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004: 09-10).

A degradação dos espaços de vida, a precarização do trabalho, a insegurança fundiária, a concentração de renda, espaço e recursos ambientais, a desproteção/desamparo social, a exclusão territorial e social, o êxodo rural e a

intensificação do processo de periferização das áreas urbanas se configuram como consequências evidentes, dentre outras questões, do processo de exclusão socioterritorial causado pelos grandes projetos de desenvolvimento instalados ou em processo de implantação no território brasileiro.

Segundo a Declaração de Princípios da Rede Brasileira de Justiça Ambiental,

*“as populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso a terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004: 14)*

Porém, esses processos de deslocamento compulsório geram ações de resistência por parte dos grupos pressionados, resultando em conflitos sociais e ambientais. Para Acselrad (2004a), os conflitos ambientais podem ser compreendidos a partir dos paradigmas evolucionista, economicista e da abordagem de caráter econômico-ecológico. O primeiro refere-se a adaptação do homem ao ambiente enquanto espécie animal, excluindo do debate o caráter político. O segundo expressa a dificuldade quanto a definição acerca da propriedade dos recursos naturais, caracterizada pelo acesso e uso dos recursos, além da questão da responsabilidade sobre os impactos gerados e suas possíveis consequências. A abordagem econômico-ecológica, por sua vez, pode ser compreendida como “expressão de tensões no processo de reprodução dos modelos de desenvolvimento”, visto que envolve os interesses de mercado em confronto com grupos não hegemônicos e seus espaços de reprodução cultural (p. 18).

Zhour e Laschefski (2010) apontam para a existência de três tipos diferentes de conflitos ambientais: os distributivos, os espaciais e os territoriais. Os conflitos ambientais distributivos referem-se a diferenciação social de acesso e uso dos recursos naturais, indicando o quanto são desiguais os processos de apropriação de tais recursos. Os conflitos ambientais espaciais, por sua vez, são expressos por problemas ambientais que extrapolam os limites de sua área de ocorrência e apresentam consequências em outros espaços. Por fim, os conflitos ambientais

territoriais são aqueles referidos ao exercício do poder na reivindicação dos recursos do território por grupos sociais hegemônicos e grupos locais/tradicionais, exprimindo o caráter desigual da disputa entre sujeitos sociais dotados de distintas atribuições de valor nas representações sociais. Os autores destacam ainda que apesar de distintas, essas tipologias de conflitos ambientais podem ocorrer concomitantemente no espaço e no tempo, revelando a complexidade dessa questão.

Acselrad (2004a) assinala que há dois espaços de definição das relações de poder na sociedade, o espaço da distribuição do poder sobre os recursos do território e o espaço das representações. Enquanto o primeiro caracteriza-se por ser um espaço de luta pela apropriação material do poder sobre o capital nos âmbitos social, econômico e político, o segundo configura-se como espaço de luta simbólica caracterizado por organizar as visões de mundo e legitimar ou não as condições da distribuição desigual de poder.

Os processos de resistência e a construção de instrumentos contra-hegemônicos são importantes ferramentas de luta. Pautado em Lefebvre, Oslender trabalha a “espacialidade de resistência” a partir de três dimensões: práticas espaciais - espaço percebido; representações do espaço – espaço projetado; e, espaços de representação – espaço vivido. O autor realiza sua pesquisa na Colômbia, trabalhando a luta de comunidades camponesas negras pelo acesso a terra. No caso analisado, o rio se coloca como espaço coletivo de interação, onde são desenvolvidas diversas atividades (pesca, saúde, alimentação, higiene, entre outros) e estabelecidos vínculos identitários com o lugar, categoria fundamentada a partir de três elementos centrais: localidade (pela interação com o ambiente, com a natureza), posição geográfica e sentido de lugar (subjetivo). As atividades desenvolvidas em torno do rio impulsionam um reconhecimento desse espaço e a necessidade de uma organização político-econômica do mesmo, culminando na criação dos conselhos comunitários que definirão quais as áreas destinadas para cada atividade, considerando as necessidades do grupo enquanto coletividade. Trabalhando o espaço como categoria de análise central, Oslender (2002) o apresenta como um ente político, acrescentando que o mesmo pode ser analisado a partir de duas perspectivas fundamentais, a mobilização de recursos e a questão identitária.

No caso por nós analisado, a relação dos grupos com o território se dá por meio da terra e das práticas agropecuárias. Assim, além de deixar submersas áreas agrícolas e resultar em perdas econômicas para a região, a construção da barragem no Rio Guapiaçu “afogará” histórias e relações de pertencimento ao território que dificilmente serão (re)construídas/(re)produzidas em outros espaços.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS INICIAIS**

Do ponto de vista da metodologia operacional, inicialmente faremos a revisão bibliográfica em livros, artigos, periódicos, sites da internet, entre outros, dos conceitos de território, desterritorialização, mobilidade compulsória, justiça/injustiça ambiental e conflitos socioambientais, acompanhando o debate sobre os grandes projetos de “desenvolvimento” e as estratégias de resistência decorrentes de sua implantação.

Realizaremos também a análise documental de arquivos, públicos e particulares, referentes a implantação do projeto da barragem, relatórios de impactos ambientais (EIA-RIMA), a legislação ambiental em vigor, documentos das Secretárias de Meio Ambiente e Agricultura, petições, licenças e concessões, e documentos produzidos pelos movimentos coletivos envolvidos, como sindicatos e conselhos.

A metodologia de investigação prevê a elaboração de questionários para a realização entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais envolvidos, como representantes de empresas privadas, agentes do estado, representantes dos movimentos sindicais e a população da área de abrangência do projeto que será diretamente afetada por sua possível construção. Além das entrevistas, faremos a análise e produção de material cartográfico e iconográfico, examinando mapas oficiais e construindo mapas temáticos baseados na possibilidade de construção de uma cartografia participativa juntos aos sujeitos envolvidos.

Por fim, a realização de trabalhos de campo se caracteriza como metodologia de investigação fundamental, nos possibilitando maior densidade na descrição e análise do cotidiano dos atores, através de uma observação participativa e um estudo de caráter etnográfico.

Em relação a metodologia de investigação aqui proposta, cabe ressaltar, como afirmamos inicialmente, que a pesquisa encontra-se em fase inicial. Temos participado de assembléias e conselhos, dialogado diretamente com autoridades, movimentos civis organizados e com sujeitos diretamente afetados por residirem na área de construção pretendida para a barragem, buscando a realização de um estudo sério, pautado em informações verídicas. Desse modo, não cabe a antecipação de resultados nesse momento, mas a apresentação de um projeto de mestrado com vista a contribuições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004b.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Introdução. In: \_\_\_\_\_(org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato (org). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOTELHO, Eloise Silveira. **Conflitos na gestão de parques: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos**. Dissertação de mestrado apresentada na UFRJ: Rio de Janeiro, 2009.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade**. In: GEOgraphia n° 2, Revista da Pós Graduação em Geografia da UFF. p. 7-26. Niterói: UFF: EGG, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Novas territorialidades**. Palestra do módulo “Geografia na contemporaneidade”, de curadoria de Antonio Carlos Robert Moraes, ministrada no REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.405-419, 2013. (ISSN – 2237-1419) 418

espaço CPFL da TV Cultura, 2009. Disponível em <http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/07/14/integra-novas-territorialidades-rogerio-haesbaert-da-costa/>.

OSLENDER, Ulrich. **Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una “espacialidad de resistencia”**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, num. 115, 1 de junio de 2002.

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Disponível em: [www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf](http://www.comperj.com.br/Util/pdf/rima.pdf)

Relatório dos Impactos Ambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú. AGB: Rio de Janeiro, 2011.

Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu. A barragem do Guapyassú: o que os cachoeirenses precisam saber. In: Jornal Jararaca. Cachoeiras de Macacu, 12 de maio de 2012.

VAINER, Carlos B. **Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade**. In: POVOA NETO, H. FERREIRA, A. P. (orgs.) Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. \_\_\_\_\_ (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização**. In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

#### **Bibliografia consultada na internet**

Dados sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj)

[www.comperj.com.br](http://www.comperj.com.br)

Relatório dos Impactos Ambientais do Complexo Industrial-Portuário do Açú

[www.agb.org.br](http://www.agb.org.br)